

HISTORIOGRAFIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO PARANÁ: Um Panorama Sobre os Últimos 40 Anos (1985-2025)

HISTORIOGRAPHY OF CRIME AND VIOLENCE IN PARANÁ: An Overview of the Last 40 Years (1985–2025)

Lucas Kosinski¹
Hélio Sochodolak²
Clóvis Mendes Gruner³

Resumo: Este artigo apresenta um balanço da produção historiográfica sobre o crime e a violência física no Paraná de 1985 até 2025. A pesquisa baseou-se na análise de dissertações e teses de universidades paranaenses e de outras instituições brasileiras que abordam direta ou indiretamente o tema. Os trabalhos foram sistematizados em ordem cronológica, permitindo identificar tendências, abordagens e lacunas. A síntese revelou padrões temáticos e metodológicos sobre o estado atual desses estudos, contribuindo para mapear o seu desenvolvimento e possibilidades futuras.

Palavras-chave: Debate historiográfico, Produção acadêmica, Revisão historiográfica.

Abstract: This paper presents a survey of the historiographical production regarding crime and physical violence in Paraná from 1985 to 2025. The research draws on an analysis of master's dissertations and doctoral thesis from universities in Paraná and other Brazilian institutions that directly or indirectly address this topic. The works were organized chronologically, allowing for the identification of trends, approaches, and gaps. This synthesis revealed thematic and methodological patterns regarding the current state of these studies, contributing to mapping their development and future possibilities.

Keywords: Historiographical debate, Academic production, Historiographical review.

Considerações iniciais

A história do crime e da criminalidade trilhou, na produção brasileira, um percurso, ao menos em parte, bastante próximo ao de outros países da América Latina. Se, na década de 1980, alguns dos primeiros trabalhos a utilizarem fontes criminais visavam descortinar, principalmente, aspectos do cotidiano dos trabalhadores pobres, onde o fenômeno criminal nem sempre tinha importância central, hoje, é possível falar de um campo de pesquisa consolidado, expresso em agendas compartilhadas, balanços historiográficos, vasta produção individual e coletiva, intercâmbio em eventos regionais e nacionais e crescente inserção de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros no circuito internacional, especialmente latino-americano.¹

¹ Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: kosinski_lucas@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3118-4191>.

² Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). E-mail: sochodo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4193-0453>.

³ Professor da Universidade Federal do Paraná. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: clovisgruner@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-4298>.

No Paraná, o interesse inaugural sobre a História do crime e da violência remonta também aos anos 1980. A tese *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*, de Maria Ignês Mancini de Boni, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo em 1985, além de inserir as categorias vigilância e punição em meio às relações de poder da modernidade curitibana, alocou o regional nos debates de uma historiografia nacional que, aos poucos, distanciava-se da forte influência da Segunda Geração dos Annales, predominante na academia (Mancini de Boni, 1985). Na Universidade Federal do Paraná, essa situação se modificou no início dos anos 1990, quando o Programa de Pós-Graduação em História se tornou mais sensível a novas abordagens do passado.

Nessa década, Edgar Lamb escreveu *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1863*, destacando as disputas de imigrantes com o aparato policial curitibano. Erivan Karvat discutiu os discursos e as práticas de controle estatal dirigidas à população de mendigos na capital em *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933*. Antonio Paulo Benatti redigiu *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia na capital mundial do café (Londrina 1930-1970)*, indicando as relações existentes entre o centro e a periferia no que tange à prostituição. Marília Mezzomo Rodrigues discorreu sobre os discursos eugênicos dirigidos aos criminosos, nas revistas de medicina da Universidade Federal do Paraná em *A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade*. E, finalmente, Tony Hara escreveu *Caçadores de notícias: história e crônicas policiais de Londrina 1948-1970*, apresentando aspectos da cultura midiática em crimes que sensibilizaram a população (Lamb, 1994; Karvat, 1996; Benatti, 1996; Rodrigues, 1997; Hara, 1997).

Trabalhos de universidades de outros estados acompanharam a renovação, a saber: *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*, de Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, que problematizou o “discurso da felicidade” construído pela Companhia de Terras de Londrina por meio de experiências contraditórias em processos criminais; *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1948-1962*, de Rivail Carvalho Rolim, que elucidou as relações dissidentes entre a população e o aparelho policial em fase de modernização; *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava 1945-1964*, de Terezinha Saldanha, que abordou sob diferentes ângulos a prostituição; e *A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952*, de Angelo

Priori, que analisou as violências no campo, bem como o autoritarismo no interior do estado (Adum Lopes, 1991; Saldanha, 1998; Rolim, 1996; Priori, 2000).

Algumas características da produção dessa primeira geração de pesquisadores são: um rompimento com os métodos comuns à Segunda Geração dos Annales; um interesse pelas vidas das pessoas simples; um diálogo com autores como Louis Chevallier, Edward P. Thompson, Carlo Ginzburg, Walter Benjamin e principalmente Michel Foucault; uma concentração analítica em Curitiba ou em poucas cidades que possuíam acervos preservados; e uma tendência, na maioria dos trabalhos da capital, em interpretar o passado através do contexto europeu.² Além disso, esse conjunto de pesquisas não consolidou, naquele momento, uma história e uma historiografia do crime no Paraná, em parte, talvez, porque em pequeno número, ou mesmo pela ausência de um esforço coordenado nesse sentido ou pelo simples fato de que boa parte dessas pesquisas não se reconhecia e reivindicava como tal. Ao passo em que esses trabalhos eram escritos, outras regiões já davam maiores contribuições às investigações sobre crime e violência.

Notas teóricas e metodológicas

Em 1991, Marcos Luiz Bretas publicou *O crime na historiografia brasileira: uma revisão recente*, salientando que as fontes criminais estavam ocupando destaque em meio aos historiadores e alertando que a violência deveria ser examinada não apenas como uma parte que compõe a vida social, mas como um recurso disponível que pode se manifestar em situações variadas na história de um país. O historiador concentrou-se nas contribuições do Nordeste e Sudeste, já que os estudos paranaenses ainda estavam em estágio inicial de desenvolvimento (Bretas, 1991).

No presente, a situação se modificou, pois no decorrer dos anos 2000, programas de pós-graduação em História foram instituídos no interior, e acervos preservados em centros de documentação. Surgiram análises sobre crime e violência, que, somadas às pesquisas que continuaram a ser elaboradas em Curitiba, originaram uma segunda geração de historiadores, consolidando finalmente um campo de investigação regional. Com o objetivo de apresentarmos um panorama desse campo e inspirados pelas considerações de Bretas no que tange aos sentidos da violência, delimitamos esta análise aos estudos que abordaram crimes e suas respectivas relações com a violência física. Quanto à metodologia, realizamos uma busca nos repositórios digitais de programas de pós-graduação em História das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual de Londrina;

Universidade Estadual de Maringá; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Paraná; e Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Nos bancos de dissertações e teses buscamos por resultados através das palavras-chave: “Crime”; “Violência”; “Fontes criminais” e “Fontes policiais”. Dos resultados obtidos, selecionamos os trabalhos que faziam referência ao Paraná. Para localizarmos a produção de outras instituições utilizamos o Google Acadêmico, onde buscamos por: “História do crime no Paraná”; “História da violência no Paraná”; “Fontes criminais no Paraná” e “Fontes policiais no Paraná”. Essas buscas localizaram 93 pesquisas, deste total: a Universidade Federal do Paraná produziu 33 trabalhos; a Universidade Estadual do Centro-Oeste 21 trabalhos; a Universidade Estadual do Oeste do Paraná 15 trabalhos; as universidades estaduais de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e do Paraná 19 trabalhos; outras instituições, USP, UNESP UFF, UFRN e UFSC, 5 trabalhos. Todos foram compilados e sistematizados a partir de seus argumentos centrais, visto que a análise detalhada de cada estudo ultrapassaria os limites deste artigo. A síntese foi organizada em um recorte que abrange do Período Colonial à Última República.

O Período Colonial e Imperial

O século XVIII foi discutido por meio de embates existentes entre a sociedade civil e o clero em Curitiba e em Paranaguá. Em *Conflitos Setecentistas: sociedade e clero das Vilas de Curitiba e Paranaguá (1718-1774)*, Fabrício Forcato dos Santos explorou os confrontos existentes entre párocos e fiéis durante o período colonial, destacando casos em que párocos negaram desobrigas, sacramentos, omitiram-se da realização de missas, ou se envolveram em rixas, algumas culminando em mortes (Dos Santos, 2008, p. 7). Tais condutas passaram a ser corrigidas por cartas pastorais do bispado demonstrando os esforços da Igreja Católica para exercer o seu poderio em terras distantes da Europa durante o Antigo Regime (Dos Santos, 2008, p. 150-152).

Sobre o século XIX, apareceram estudos que cotejaram a situação prisional, além de crimes praticados por menores e imigrantes na capital, como: *Reparar o mal e fazer justiça: pensando o papel da prisão na província do Paraná (1853-1889)*, de Cristiane Passini; *Menores problemas, menores soluções: discursos e práticas em torno da infância marginalizada nas décadas finais do Império do Brasil (Curitiba, 1871-1889)*, de Otávio Weinhardt; e *De Portugal à “terras das araucárias”*: a presença portuguesa na Comarca de Curitiba a partir de fontes judiciais (1872-1881), de Mayla Louise Greboge Montoia.

No trabalho de Passini, os relatórios de governo e processos criminais de Curitiba e Castro evidenciaram uma crescente preocupação das elites com a situação prisional do Paraná (Passini, 2016, p. 8-19). Havia a intenção de modernização institucional, através da incorporação de teorias estrangeiras sobre a regeneração, mas a falta de investimentos públicos aumentava a criminalidade (Passini, 2016, p. 162-164). Parte da criminalidade em ascensão deve-se ao número de menores desviantes, Weinhardt demonstrou a progressiva apreensão da imprensa em crimes praticados por eles, em um instante em que a demografia da capital se desenvolveu (Weinhardt, 2019, p. 35-36). Abordou ainda discursos políticos dirigidos aos pequenos, com o intuito de correção, especialmente na Companhia de Aprendizes da Marinha (Weinhardt, 2019, p. 140-141). As investigações de Montoia recaíram sobre as injúrias e violências físicas de imigrantes portugueses, que chegavam em Curitiba à busca de melhores condições de vida (Montoia, 2022, p. 10). Nos primeiros delitos apareceram pessoas abastadas que defenderam a honra evitando o confronto físico, a fim de se firmarem na sociedade local, nos segundos, pobres que violentaram por motivos variados, embora a honra ainda fosse um elemento preponderante nessas tensões (Montoia, 2022, p. 160-165).

Nas áreas interioranas do Centro-Sul e Campos Gerais, desenvolveram-se estudos sobre crimes vinculados aos indígenas, como: *Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1819-1835)*, de Marcos Francisco Bonetti; *Quentes de cachaça: festas e corridas de cavalos em Guarapuava através de processos-crime e termos de bem viver (1854-1866)*, de Andrea Marsário da Rosa; e *Cotidiano e conflito de indígenas nos campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*, de Ana Paula Galvão de Meira. Bonetti destacou em documentos judiciais e relatórios provinciais, a participação indígena em redes de sociabilidades com brancos, negros e caboclos (Bonetti, 2013, p. 6). Essa participação em festejos como fandangos ou em raías de cavalos, evidencia os significados que os indígenas atribuíam ao cotidiano para socializar e se divertir (Bonetti, 2013, p. 100-116). A pesquisa de Da Rosa também perscrutou vivências indígenas com outras composições étnicas em ocasiões jubilosas (Da Rosa, 2016, p. 9). Em bailes residenciais ou religiosos, as celebrações aconteciam em conjunto com o álcool, e a violência física era um expediente recorrente para a resolução de desentendimentos (Da Rosa, 2016, p. 104-109). Meira detalhou as festas nas áreas ocupadas por indígenas, bem como conflitos emergentes nesses espaços (Meira, 2015, p. 18-19). Além disso, apontou para outros elementos da cotidianidade como estratégias indígenas perante as autoridades policiais e judiciais em casos de roubo e estelionato, alegando valores como a honestidade e o trabalho para se livrarem das penas da justiça (Meira, 2015, p. 125-126).

Escravizados foram o foco em *Veredicto culpado: pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888)*, *Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888)*, de Ilton César Martins; e *Escravidão e tensões sociais na Região de Guarapuava Paraná (Século XIX)*, de Neide dos Santos Rodrigues. A análise de Martins recaiu sobre crimes de escravizados, que resultaram em pena de morte (Martins, 2005, p. 13-14). Neles, os senhores geralmente usavam a violência para garantir o máximo da produção, afirmar os seus poderes, ou apenas para usufruir da vida dos escravizados, estes recorriam à violência para estabelecer limites aos abusos dos senhores (Martins, 2005, p. 151-156). Ao expandir o seu foco para os crimes envolvendo escravizados e libertos, o autor destacou a existência de resistências (Martins, 2011, p.11). Ele revelou múltiplos sentidos dados à violência no cotidiano de homens e mulheres, que recusaram o cativo ou a extrema exploração, que estavam submetidos (Martins, 2011, p.230-231). Já o exame de Rodrigues, consistiu em um processo criminal, cujo um escravizado foi denunciado por assassinato de seu senhor e condenado à forca (Rodrigues, 2015, p.8). Nesse documento ressaltam-se inúmeros aspectos sociais, bem como a razão do crime, que, em suma, resultava de uma jornada de trabalho precária e extenuante (Rodrigues, 2015, p.115-117).

Alguns estudos incidiram sobre degredados e mulheres, através da categoria Gênero, como: *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*, de Fábio Pontarolo, e *Me quiseram rosa, subjugaram meus espinhos: mulheres rés e relações de gênero na comarca de Castro, Paraná (1840-1890)*, de Ana Paula Galvão de Meira. Os campos sulistas foram investigados a partir das trajetórias de degredados — revoltosos, assassinos e ladrões — que para lá foram enviados por punição de seus atos (Pontarolo, 2006, p. 3). Pontarolo argumentou que o degredo não era uma ferramenta empregada pela coroa para povoar as áreas longínquas do Brasil, mas um movimento de reinserção social com dinâmicas e hierarquias específicas, caracterizadas pela presença de fazendeiros, escravizados, caboclos e indígenas (Pontarolo, 2006, p. 140-141). Ao passo em que os degredados eram integrados no Sul, mulheres cometiam violências em Castro (De Meira, 2021, p. 17). Segundo verificação de Meira, embora comumente absolvidas, elas vivenciaram feminilidades condenáveis pelo discurso jurídico, ao atribuir elementos aceitáveis como a bondade, o cuidado e a passividade, especialmente em ocasiões em que elas foram acusadas de roubar gado ou assassinar seus maridos (De Meira, 2021, p. 220-222).

Em síntese, os estudos sobre o período colonial e imperial recaem em conflitos envolvendo religiosos, imigrantes, menores, indígenas, escravizados, mulheres e

dissidentes, muitos pontuam valores honoríficos e resistências, alguns tratam do precário sistema prisional. A violência ora aparece como um elemento legitimado, especialmente nos casos envolvendo imigrantes, mulheres e indígenas, ora como um elemento ilegítimo e digno de condenação ou correção, como é o caso dos escravizados, menores e exilados.

O Período da Primeira República

As discussões em torno do crime e da violência na Primeira República dividem-se entre capital e interior, aprofundando os impactos sentidos nesses espaços com intensa transformação social. Em Curitiba um realce foi dado aos crimes na literatura e na imprensa em: “*Nós os selvagens, não reverenciamos os symbolos Kaiserianos*”: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918), de Pamela Beltramin Fabris; *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do século XX*, de Clóvis Gruner; *Um crime de duas cidades: as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre*, de Amanda Tortato; e *Los pájaros negros: Prostituição, comércio de “escravas brancas” e a circulação translocal de cáftens no noticiário curitibano (1920-1939)*, de Wellington do Rosário de Oliveira. A imprensa sugere a desconfiança de brasileiros sobre os alemães, especialmente no período da Primeira Guerra Mundial (Fabris, 2014, p. 9). Fabris defendeu que esse sentimento não derivou apenas do medo das invasões alemãs em territórios estrangeiros, mas de relações tensas na colônia alemã de Curitiba, anteriores à própria guerra (Fabris, 2014, p. 222). A análise de Gruner problematizou a inserção de Curitiba na modernidade, através de sensibilidades que emergiram nesse período, evidentes na literatura e também na produção de novas tecnologias de disciplina e de controle populacional (Gruner, 2012, p. 17-24). Nesse sentido, as novelas, contos e crônicas — que tratavam do crime e da violência — ou as instituições estatais especialmente de controle, apresentaram aspectos sociais culturais e econômicos ainda presentes em nossos dias (Gruner, 2012, p. 304-305).

Nesse contexto republicano, figuras emblemáticas como Papst e Kindermann foram investigados por Tortato, os dois autores de latrocínios em Curitiba e Porto Alegre, envolveram-se também na Primeira Rebelião do Presídio do Ahú em 1931 (Tortato, 2020, p. 20-24). A partir da imprensa, documentos estatais e literários, a autora reconstituiu aspectos da vida dos dois criminosos, conectados com os valores sociais das capitais sulistas, tais quais o malogrado poder punitivo liberal, a política de encarceramento e a exclusão social (Tortato, 2020, p. 170-172). Cáftens também atraíram a atenção dos

jornais curitibanos (Rosário, 2021, p. 7). A abordagem de Rosário das fontes que tratavam da presença dessas figuras, sugere que elas faziam parte do recente universo internacional do crime organizado de “escravas brancas”, também não comprovou redes de tráfico na cidade, mas deu um sentido às narrativas sobre esse tema, possibilitando debates sobre delinquência, violência e marginalidade (Rosário, 2021, p. 175).

A violência e o crime aparecem em debates que trataram de mulheres e trabalhadores, por meio de processos criminais: *Mulheres pobres e trabalhadoras de Curitiba*, o crime de homicídio e as tramas da justiça no início da Primeira República, de Marcela Katini de Lima Ferreira; *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890-1920*, de Ediméri Stadler Vasco; *Por que você não surrou em vez de matá-lo?* A organização social da violência no início do século XX – Curitiba, 1900-1911, de Matheus Hatschbach Machado, e *Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça* (Curitiba, 1890-1920), de Otávio Weinhardt. Ferreira elegeu três casos de assassinas de seus maridos, para aprofundar seus trabalhos, sociabilidades e ideias de justiça (Ferreira, 2019, p. 9-19). Segundo a autora, as sentenças das rés por negativa de autoria, reverberam a insignificância dada pelo judiciário às vidas femininas (Ferreira, 2019, p. 154-156).

O estudo de Vasco tratou de homicídios e tentativas de homicídios nos quais a rixa era a razão principal entre trabalhadores, seus pares e patrões (Vasco, 2006, p. 4-13). Os trabalhadores foram compreendidos como ativos e suas violências aceitáveis do ponto de vista social (Vasco, 2006, p. 101-104). Machado ampliou o escopo ao estudar as denúncias de violência física, no centro e no interior do município durante um aumento de registros (Machado, 2021, p. 10). Nos processos, encontrou regularidades entre os espaços, sobretudo, a tolerância judicial sobre essas violências (Machado, 2021, p. 172-173). Já Weinhardt procurou investigar a repressão policial e judicial à embriaguez, como um elemento fomentador de outros crimes, analisando a embriaguez através da repressão policial, do pensamento e prática jurídica e da criminologia (Weinhardt, 2019, p. 18-36).

No Sudeste e Centro-Sul investigações sobre violência, crime e criminalidade também conferem uma tolerância social em recortes caracterizados pela elevação de registros criminais ou pelo código penal republicano. A criminalidade, nas primeiras décadas do século XX, foi objeto de Loiana Maiara Zviegicoski Ferrando em *Violência e criminalidade imigrante em processos criminais – Mallet/PR (1913-1940)*. A abordagem consistiu nos crimes contra corpo, vida e propriedades, enfatizando aspectos étnicos (Ferrando 2022, p. 7). Os indiciados eram ucranianos, poloneses e brasileiros, trabalhadores, instruídos, e muitos foram absolvidos por defesa da honra, indícios que

contradizem a sociedade imaginada pelas elites sobre os imigrantes europeus e contrariam o mito da civilidade (Ferrando 2022, p. 150-152).

Crimes específicos foram investigados em: *Violência e outras práticas cotidianas*: (Mallet-PR 1913-1940), de Lucas Kosinski; *A produção de sujeitos pelo sistema de justiça no Termo Judiciário de Irati-PR (1913-1927)*, de Libório Cassiano Milleo; *O índio no banco dos réus*: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923), de Grazieli Eurich; e “*Bailes e festas do barulho*”: sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965), de Angélica Stachuk. Kosinski estudou homicídios e lesões corporais, consideradas mais graves do ponto de vista social (Kosinski, 2018, p. 9). Através das fontes jurídico-policiais discutiu as razões pelas quais as brigas aconteceram, dando enfoque na defesa da honra, além da maneira que as pessoas justificavam as denúncias perante as autoridades locais e que culminavam na absolvição dos indiciados (Kosinski, 2018, p. 122-126). A pesquisa de Milleo recaiu sobre homicídios, salientando padrões entre as autuações públicas, e elementos característicos do contexto em questão (Milleo, 2024, p. 9). Alguns confrontos foram explicitados em casos modelares, que permitem debater cultura jurídica, imigração e honra (Mileo, 2024, p. 93-104). Eurich especificou um caso cujos indígenas assassinaram um colono por questões de terras (Eurich, 2012, p. 8). Enquanto os jornais assemelharam a luta ao Contestado, os processos crimes demonstraram as visões de mundo dos indígenas. A absolvição destes por negativa de autoria, traz a reflexão: não queria a sociedade local ter desentendimentos com os Kaingang? (Eurich, 2012, p.118). O interesse de Stachuk se deu nas violências físicas em ocasiões bailescas, presentes nos registros criminais. Os bailes foram compreendidos como fatos que revelam tensões em diferentes etnias (Stachuk, 2017, p. 6). Nesse meio, o álcool foi apontado como fator determinante para a consumação dos desacordos e constante absolvição dos indiciados (Stachuk, 2017, p. 105-106). Comparações foram realizadas em *As tentativas de criminalização das artes de curar em Irati e Mallet-Pr-1925-1949*, por Henrique Alexandro Senderski, que abordou os registros jurídico-policiais, cujas pessoas foram denunciadas pelo exercício ilegal de profissão, algumas dessas práticas eram consideradas danosas aos corpos das vítimas pelas autoridades locais (Senderski, 2021, p. 21-22). Todavia, os querelados eram absolvidos revelando diferentes astúcias e também a tolerância da justiça por esses expedientes (Senderski, 2021, p. 101).

No interior afloraram ainda muitos estudos com a categoria Gênero, nos Campos Gerais surgiram as seguintes investigações: *Um homem, uma mulher, um drama*: crimes da paixão em Ponta Grossa-PR (1890-1940), de Adriana Mello Cançado; e *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e*

o século XX, de Georgiane Garabely Heil Vázquez. Cançado analisou as relações de gênero na imprensa e em processos de homicídios passionais sob o Código Penal de 1890 (Cançado, 2002, p. 7-14). A autora generalizou a tese de Mariza Corrêa, de que o julgamento dos assassinatos considerava mais os papéis sociais do que o ato em si. Mulheres próximas do ideal de mãe e cuidadora eram absolvidas, assim como homens provedores, reforçando estereótipos generificados (Cançado, 2002, p. 115). As teses médicas e jurídicas e os registros de aborto e infanticídio, verificados por Vázquez, sugerem uma contradição (Vázquez, 2005, p. 1-18). Se por um lado, as teses condenavam mulheres que se recusaram a maternidade, por outro lado, a justiça as absolvía. A justiça não as condenava porque se sentia impossibilitada de atribuir valores normativos no difícil contexto social que elas estavam inseridas (Vázquez, 2005, p. 130-135).

Ainda nos Campos Gerais, sobressaem as contribuições de Dulceli Lourdes Tonet Estacheski em *Os crimes sexuais na cidade Castro-PR (1890-2020)*, e *Morrer para não sofrer: questões de Gênero e Suicídios em Castro/Pr (1890-1940)*. Estacheski discutiu a discriminação de gênero na moralidade em estupros e defloramentos, localizando uma responsabilização das vítimas mulheres e, conseqüentemente, absolvição dos réus (Estacheski, 2013, p. 16-24). Os resultados indicaram que homens trabalhadores eram estimados pelas testemunhas, o que favorecia as suas absolvições, e que as mulheres trabalhadoras não gozavam desse mesmo prestígio (Estacheski, 2013, p. 123-124). Na busca por mais experiências femininas, a autora recorreu aos suicídios (Estacheski, 2019, p. 9-11). Encontrou casos, contendo escritos de mulheres que recorreram à morte depois de serem vítimas de violência no âmbito familiar ou que sofreram em seus relacionamentos, além de homens que não conseguiram prover suas famílias, que estavam endividados ou eram idosos, reforçando que o suicídio pode ser uma resposta à não adequação às normas de gênero (Estacheski, 2019, p. 199).

No Centro-Sul, Sudeste e Sudoeste apareceram mais reflexões, em Guarapuava destacam-se: *Gênero e discurso jurídico: mulheres rés em processos crimes na Comarca de Guarapuava (1890-1920)*, de Maria Cristina Kirach; e *Mulheres populares no palco do judiciário: práticas de infanticídio e aborto em Guarapuava (1890-1970)*, de Micheli Rosa. O estudo de Kirach consistiu nos enunciados em delitos cujas mulheres eram rés, especialmente em homicídios (Kirach, 2020, p. 9). Apareceram mulheres embriagadas, que confrontaram as autoridades públicas, que se prostituíram, envolveram-se em brigas e reverteram o lugar do crime que é ocupado majoritariamente por homens, questionando discursos que incidem na naturalização da passividade feminina (Kirach, 2020, p. 182-183). Rosa verificou os discursos em casos de infanticídio e aborto, que oscilavam entre

mulheres “monstruosas”, sem afeto e violentas (acusação), e incapacitadas de serem mães, por conta das difíceis condições sociais de suas vidas (defesa) (Rosa, 2020, p. 10-19). Nesse campo discursivo, o poder judiciário tendeu à defesa, o que não impediu a estigmatização pública das rés (Rosa, 2022, p. 116-120).

Em Irati e Mallet abortos e infanticídios foram estudados por Dhyandra Montani Schactai em *Transgredindo a maternidade: discursos médicos e jurídicos sobre aborto e infanticídio em fins do século XIX e início do século XX*. A pesquisa cotejou os discursos nos processos criminais que vincularam a feminilidade à maternidade (Schactai, 2021, p. 9). As fontes salientam que embora os casos resultassem na absolvição das indiciadas, as denúncias significavam, ao menos, o desejo social de punição (Schactai, 2021, p. 162-165). Em Clevelândia, *Histórias de sangue e dor: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939)*, de Aruanã Antônio dos Passos, tratou dos casos passionais. Foi constatada a fragilidade estatal através da não criminalização da população nas disputas envolvendo diferentes interesses, como a honra (Dos Passos, 2009, p. 8-21). Desse modo, a justiça foi caracterizada por não ter desejo em intermediar os antagonismos de uma área com pouca relevância econômica (Dos Passos, 2009, p. 131).

Reflexões em torno dos modos de ser homem apareceram em *Masculinidades e violência homicida nos processos-crimes de Irati-PR (1899-1930)*, de Lucas Kosinski e “*Homens que não levavam desaforo para casa*”: *performances masculinas em estabelecimentos comerciais (Irati-PR:1927-1960)*, de Leonardo Henrique Lopes Soczek. O recorte temporal de Kosinski compreende a imigração, o crescimento populacional e o surgimento de várias instituições de controle, que convergem com o crescimento de registros de homicídios praticados por homens (Kosinski, 2023, p. 7). Nestes casos, o autor constatou que os enunciados jurídicos reiteraram a defesa da honra e a absolvição dos homicidas, por parte do júri-popular, na maioria das vezes, em desacordo com os magistrados, permitindo um vínculo entre masculinidades e a violência homicida, que ainda permanece no presente (Kosinski, 2023, p. 258-265). A análise de Soczek sobre as performances relacionadas à violência física em armazéns, bodegas, bares e afins, visou a desconstrução de um modelo masculino ideal presente no contexto republicano e em momentos posteriores (Soczek, 2023, p. 7). Trata-se de um projeto de masculinidade centrado em valores como trabalho e ordem, distante das performances localizadas nos autos, cujas dinâmicas se pautaram muito na defesa da honra (Soczek, 2023, p. 171-178).

Em resumo, as pesquisas sobre a Primeira República, na capital, evidenciam uma crescente preocupação da imprensa e da literatura em denunciar crimes violentos,

esforços estatais no sentido de controlá-los, mas uma legitimidade dessas práticas. A mesma legalidade é encontrada no interior a partir de análises sobre o crime e a criminalidade. Destacam-se nessas investigações: conflitos em torno de trabalhadores, mulheres, indígenas e imigrantes; a preponderância da honra nos conflitos interpessoais; instituições estatais precárias ou em fase de reformulação; e desigualdades de gênero que, acompanham uma tendência da historiografia do crime em outros estados, inclusive na ênfase concedida à Primeira República como período privilegiado de pesquisa.

O período da Era Vargas e Democrático

As investigações que cobrem a Era Vargas e a democratização são majoritariamente concentradas no interior, com destaque para um trabalho que toma a capital Curitiba como *locus* privilegiado, *Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)*, de Nayara Elisa de Moraes Aguiar. A investigação de Aguiar recaiu sobre as políticas de identificação e vigilância da prostituição em Curitiba em meio a um processo acelerado de modernização urbana (Aguiar, 2016, p. 29-44). Os prontuários de prostitutas da Delegacia de Costumes de Curitiba revelaram tanto o controle policial quanto práticas de resistências (Aguiar, 2016, p. 91-140).

Alguns dos estudos em cidades do interior verificaram a continuidade do aparato policial emergente com o Governo Provisório. No Norte são exemplos: *Controle social e vigilância: o aparato repressivo e judicial na formação da cidade de Londrina – 1930/1955*, de Ingrid Carolina Ávila; e *Policiamento e sociedade em Maringá, 1948-1964*, de Vivian Fernandes Carvalho de Almeida. Ávila analisou a ação do aparato jurídico-policial de Londrina, especialmente pós Segunda-Guerra Mundial, destacando o aumento da criminalidade e das denúncias da imprensa (Ávila, 2016, p. 7). As investidas da polícia geravam mais violências nos bairros marginalizados, coação aos civis e até mesmo esforços de afastar delegados do cargo. A atuação desses agentes constantemente confundia os limites entre público e privado (Ávila, 2016, p. 107-112). Uma elevação da criminalidade nesse período também foi constatada em Maringá (De Almeida, 2012, p. 7). No estudo de Almeida, os inquéritos policiais, em casos de violência física, foram especialmente verificados para detectar a ação da polícia. Os resultados obtidos revelaram uma instituição precária, com poucos recursos financeiros, que dificultavam a manutenção da ordem, que geralmente era imposta com eficácia nos setores mais privilegiados da sociedade (De Almeida, 2012, p. 116-118). Nos Campos Gerais, algumas indagações surgiram sobre a vida cotidiana na Era do Rádio. Em *A semana inteira na*

lavoura, aos domingos no cinema pela noite: cotidiano e cultura (Cachoeirinha-PR, 1930-1945), Osvaldo Carneiro de Matos investigou Jaguariaíva através de uma documentação judicial sobre violências físicas e confrontos em torno da honra (Neto, 2020, p. 10-12). Os documentos permitiram abordar, relações de vizinhança, recreações populares, além de crenças religiosas (Neto, 2020, p. 171-176).

Exames sobre a criminalidade no Sudeste, fundamentadas em processos criminais, ocorreram em: *Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias* (Mallet-PR, 1931-1950), de Gabriel José Pochapski; e *Por uma história do crime nos faxinais de Rebouças, (1960-1979)*, de Crislaine Letícia Vereta. A análise sobre a criminalidade feita por Pochapski, explorou o seu aumento, a relação entre corpos e espaços durante conflitos, as conexões com o contexto histórico e os padrões criminais (Pochapski, 2018, p. 30-31). A pesquisa concluiu que, embora o período não tenha reduzido a criminalidade, estabeleceu uma nova racionalidade governamental que deu visibilidade ao fenômeno, destacando mudanças na percepção e nos corpos das vítimas (Pochapski, 2018, p. 30-31). Vereta focalizou no perfil do criminoso em Faxinal dos Vieiras, Salto, Faxinal dos Francos e Faxinal dos Marmeleiros (Vereta, 2024, p. 7). As fontes destacaram homens alcoolizados, que se envolveram em desentendimentos para a manutenção da honra e defesa de sua virilidade (Vereta, 2024, p. 119).

Crimes específicos no Sudeste e Centro-Sul foram tratados em: *Crime e processo: as verdades jurídicas sobre o homicídio — (Guarapuava-1930)*, de Luiz Eduardo Horst; *Triumpho dos anormais: loucos e criminosos no interior do Paraná novecentista*, de Marcelo Ribas Filho; *Cartografias do poder em processos criminais (Comarca de Mallet, 1950-1970)*, de Júlio César Franco; e *Práticas criminalizadas em casas comerciais (Comarca de Mallet/PR:1950-1978)*, de Leonardo Henrique Lopes Soczek. Pode se afirmar que o aparato jurídico durante os governos varguistas era precário, no que diz respeito aos homicídios autuados em áreas interioranas (Horst, 2018, p. 8). A análise de Horst verificou que a atenção da justiça era mais dirigida a seguir os trâmites processuais, do que em promover punições eficazes, resultando na absolvição dos assassinos e na demanda por uma nova legislação processual e penal (Horst, 2018, p. 83-85). Os discursos jurídicos, médicos e midiáticos que construíram verdades sobre dois homicídios brutais, vinculando seus autores à anormalidade foram abordados por Ribas Filho (Ribas Filho, 2025, p. 30). A investigação evidencia como a espacialidade interiorana, atravessada por tensões entre progresso e precariedade institucional, condicionou as classificações dos sujeitos entre o crime e a loucura (Ribas Filho, 2025, p. 351). Franco cartografou as relações de poder em processo de crimes sexuais e homicídios, analisando os espaços em

que os sujeitos praticaram as violências, a atuação do mecanismo judiciário e demais tecnologias de poder (Franco, 2019, p. 6). Segundo o autor, as violências legítimas abrangiam valores norteadores daquela região, como virilidade e a honra, presentes em diferentes estratos sociais, não restritos apenas aos segmentos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico e social (Franco, 2019, p. 122). A apuração de Soczek nos crimes em casas comerciais, praticados por homens, em um período de elevação desse tipo de criminalidade, destacou: violências criminalizadas e não criminalizadas; diálogos; jogos e apostas; e o consumo de bebidas alcoólicas (Soczek, 2018, p. 32-33). A absolvição e a atenuação das penas recorrentes nos processos, motivados pela honra, explica-se fundamentalmente pela embriaguez dos indiciados (Soczek, 2018, p. 171-173).

Embora tratem de trabalhos sobre História Agrária, alguns aspectos da violência considerada socialmente criminosa apareceram em pesquisas sobre conflitos por terras. No Norte destacam-se: *Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina: violência, resistência camponesa, revolta de Porecatu e micro-história*, de Carlone Gonzaga; e *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*, de Verônica Karina Ipólito. A Revolta de Porecatu iniciou em 1944, através do embate entre posseiros, grileiros, jagunços e forças policiais, sendo os primeiros apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro em uma luta armada, que findou em 1951 (Gonzaga, 2020, p. 11). Com amparo de jornais, Gonzaga encontrou na trajetória do camponês Francisco Bernardo dos Santos — morto por capangas de grileiros em 1950 — uma brecha para discutir aspectos micro e macro da história do campesinato, opondo-se à história latifundiária (Gonzaga, 2020, p. 155). Ipólito vistoriou o Departamento de Ordem e Política Social, com foco no anticomunismo, demonstrado que famílias de posseiros foram ameaçadas de desapropriação por ocuparem terras devolutas para o governo (Ipólito, 2009, p. 8). Isso gerou reações violentas. Muitos litígios surgiram, com apoio do Partido Comunista Brasileiro aos posseiros, e a polícia política permaneceu ao lado do governo até o fim dos conflitos (Ipólito, 2009, p. 141).

No Sudoeste e Centro-Sul alterações foram investigadas em: *O jagunço enquanto categoria histórica: especificidades na Revolta do Sudoeste (PR) de 1957 e presença histórica no século XX*, por Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia; e *Luta camponesa pela terra no Latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial*, práticas de grilagem e vidas camponesa, por Ana Cristina Hammel. O exame de fontes orais, literárias e estatais, realizado por Gouveia, afirmou que a figura do jagunço, especialmente na Revolta dos Posseiros, estava associada a um agente de violência direta, pois suas ações remetem à perseguição, prisão e tortura de camponeses (Gouveia, 2023,

p. 26-27). Essa figura não pode ser esquecida em meio às narrativas progressistas, que insistem no progresso pacífico do latifúndio (Gouveia, 2023, p. 203-207). Hammel inspecionou as lutas em prol da reforma agrária em Araupel, através de processos judiciais (Hammel, 2020, p. 15). A autora discutiu longos embates físicos travados entre posseiros e jagunços, auxiliados pela polícia. Alguns camponeses tiveram êxito, pois após anos de luta, conseguiram o direito de residir nas terras, inclusive organizados em movimentos sociais, produzindo interações sustentáveis com o meio ambiente (Hammel, 2020, p. 182).

No Oeste e Centro-Oeste, destacam-se: *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em Campo Mourão (1946-1964)*, de Sara Monica Pitot Soriano; *Terra e trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais de Toledo (1955-1970)*, de Dênis Junior Bel'Aver; *Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiências de disputas por terras em narrativas (1960-1972)*, de Tatiane Karine Matos da Silva; *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961)* de Franciele M. Bard Andrade; e *Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense* de Antonio Marco Myskiw. A pesquisa de Soriano discutiu lutas por propriedades — envolvendo trabalhadores rurais, empresas colonizadoras, e grandes proprietários de terras — com apoio de fontes orais, jurídicas e policiais (Soriano, 2002, p. 6). Ao dar visibilidade às memórias de famílias expropriadas emergiram grilagens, ameaças e crimes envolvendo violências físicas (Soriano, 2002, p.75-92). Bel'Aver observou a classe trabalhadora rural, problematizando como o seu trabalho foi reorganizado em conformidade com os interesses do capital (Bel'Aver, 2013, p.6). Na análise de processos criminais, o autor acessou as experiências dos trabalhadores, que foram expulsos de suas terras depois de serem maltratados por grandes fazendeiros, que reivindicaram o domínio territorial (Bel'Aver, 2013, p. 48-76).

Silva problematizou as vivências de posseiros na Gleba Ponte Queimada, através de jornais e documentos judiciais (Silva, 2015, p. 11). A autora encontrou diferentes narrativas sobre disputas marcadas por mortes e, conseqüentemente, expulsões de pequenos e grandes posseiros, que ganharam repercussão nacional (Silva, 2015, p. 128). O estudo de Andrade incidiu em um conflito na Gleba Silva Jardim, a partir de jornais e processos judiciais (Andrade, 2017, p. 7-10). O combate aconteceu após camponeses serem impedidos por policiais militares e jagunços de grileiros, de fixar moradia na gleba, aconteceram mortes, e tudo encerrou com apoio do exército. Na reivindicação pela posse da terra, a justiça reconheceu que os atestados de propriedades de grileiros eram falsos (Andrade, 2017, p. 197). Myskiw discutiu várias disputas no Oeste, especialmente o

Levante de Posseiros de Três Barras (Myskiw, 2020, p. 9). Valendo-se de uma ação judicial, detalhou a revolta, que envolveu cerca de 400 colonos, setores estatais e companhias colonizadoras e que resultou na vitória dos posseiros destacando violências criminosas, como elementos característicos desse contexto (Myskiw, 2020, p. 88).

Trabalhos sobre História das Mulheres e Gênero compõem um grande montante, nos Campos Gerais destacam-se: *“Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?” A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)*, de Matheus Machado Vieira; e *“Só achei uma solução: a morte”*: violência e subjetividade nos escritos de mulheres suicidas, de Silvia Danielle Schneider. As representações femininas em documentos eclesiásticos e judiciais foram objeto de análise de Vieira (Vieira, 2014, p. 10). Os primeiros ressaltaram a condenação à emancipação da mulher, a importância dos laços conjugais e a exaltação da família, e os segundos, especialmente casos sexuais, indicaram sintonias com os primeiros, revelando aspectos sexuais de uma sociedade conservadora (Vieira, 2014, p. 192-194). Schneider averiguou os suicídios, através de cartas de mulheres, salientando a violência socialmente consentida em estupros, tensões familiares e traições conjugais, que envolviam diretamente a honra das vítimas (Schneider, 2022, p. 34-35). O estudo comprovou que recaíram sobre as suicidas padrões socioculturais de comportamento inatingíveis, que as levaram à morte (Schneider, 2022, p. 198-199).

No Sudeste surgiram: *Processos crimes: defesa da honra na década de 1930 em Mallet/PR*, de Camila Biranoski; *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati – (1931-1950)*, de Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho; *O incesto e as fronteiras entre o legal e o ilegal: processos-crimes em Rebouças, Paraná (1932-1948)*, de Eduardo Mady Barbosa; *Mulheres rés na Comarca de Mallet/1935-1995*, de Geovana Betu; e *Por que me bates? Um estudo sobre violência contra as mulheres na Região Sudeste do Paraná (1950-1970)*, de Vaniele Mayer. Os defloramentos, raptos e lenocínios ressaltaram atribuições morais femininas na pesquisa de Biranoski (Biranowski, 2018, p. 13-14). Esses processos evidenciaram uma preocupação com a honra, especialmente pelos pais de filhas desonradas, além de uma baixa proteção judicial às mulheres vitimadas (Biranowski, 2018, p. 99). Ribas Filho abordou as verdades em crimes sexuais, considerando nesses casos o movimento do ritual médico-jurídico (Ribas Filho, 2020, p. 28-29). Nas denúncias de defloramento, sedução e estupro visualizou enunciados da justiça para verificar a honestidade ou desonestidade das mulheres. As vítimas precisavam comprovar a sua honestidade em termos sexuais, e os homens acionavam testemunhas que colaboravam com absolvições de suas penas (Ribas Filho, 2020, p. 177).

A investigação sobre incestos, cujas vítimas eram mulheres pobres, realizada por Barbosa, se ateve aos argumentos das autoridades locais (Barbosa, 2014, p. 7). Constatou-se que na maioria dos casos, cujos réus eram membros da sociedade local, as denúncias foram consideradas improcedentes, exceção um caso condenatório, cujo réu era estrangeiro, trata-se de indícios de que as autoridades consideravam legítimas as relações incestuosas e que deveriam ser resolvidas no âmbito familiar (Barbosa, 2014, p. 94-95). Betu refletiu sobre mulheres cometeram homicídios, lesões corporais e infanticídios (Betu, 2021, p. 22). Geralmente em situações em que elas se defenderam ou defenderam sua família, visando a manutenção da honra, ou quando se sentiram traídas, despreparadas para serem mães e afrontadas. As suas trajetórias evidenciam uma participação ativa em meio aos delitos rurais (Betu, 2021, p. 112-114). Violências em estupros, lesões corporais e homicídios em Irati e Teixeira Soares foram detalhadas na pesquisa comparativa de Mayer (Mayer, 2022, p. 8). Os registros demonstraram demandas sociais pautadas em valores tradicionais, que favoreciam a consumação de violência contra mulheres, que se distanciavam dos valores normativos modernos (Mayer, 2022, p. 168).

No Centro-Sul apareceram: *Entre promessas e reparações*: processos crimes de defloramento em Guarapuava (1932-1941), de Kety March; *Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais*: (Guarapuava 1940-1944), de Terezinha Saldanha; *Desatando os laços*: tensões matrimoniais e separação conjugal na Comarca de Guarapuava (Década de 1940 a 1960), de Marieli Rosa; *O fim da inocência? Sexo ou crime: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na Comarca de Guarapuava-Paraná*, de Paloma Heller Dallagnol; *“Jogos de luzes e sombras”*: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950, de Kety March; *Gênero, mulheres e verdades jurídicas na Comarca de Guarapuava-PR*: (Década de 1960), de Valéria Leite Caldas; e *O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava-PR (1960-1980)*, de Valdemir Paiva. A pesquisa de March consistiu em denúncias de defloramento, que indicaram uma significativa absolvição dos réus (March, 2010, p. 6). Essa absolvição pode ser explicada por discursos de advogados que exploraram as situações vivenciadas pelas jovens ofendidas, tirando-lhes a credibilidade. Nas poucas vezes em que ocorreram condenações, era notória a vantagem de jovens brancas, demonstrando, em meio judiciário, além do gênero questões de raça (March, 2010, p. 137-142). Saldanha tratou de casos de estupro, sedução, defloramento e rapto envolvendo mulheres pobres (Saldanha, 2008, p. 9). O estudo demonstrou, em menor quantidade, que também existiram condenações, indicando que nesse meio

mulheres conseguiram o casamento almejado ou viram os acusados serem punidos pela justiça (Saldanha, 2008, p. 177-179). Rosa analisou processos de desquite/separações de corpos, são ações que apresentam a interferência do aparato judiciário para a resolução das divergências, como adultério, abandono voluntário do lar, sevícia ou injúria grave e tentativa de morte (Rosa, 2023, p. 9-21). Os processos revelaram um cotidiano permeado por papéis que fugiram do ideal firmado pela jurisprudência (Rosa, 2023, p. 139-142).

Discursos em crimes sexuais, abordando as dissensões em torno da definição de criança e adulto, no caso das vítimas, foram estudados por Dallagnol (Dallagnol 2022, p. 7). Nos documentos apareceram argumentos que visavam desmoralizar as vítimas em favor dos réus, mas também casos com uma significativa escuta das primeiras e um rigor maior em relação aos segundos, indicando uma sensibilidade da justiça no tocante aos crimes, especialmente envolvendo a menoridade (Dallagnol 2022, p. 229-235). Ao direcionar a atenção para os casos de mulheres vitimadas por homens em Guarapuava e Curitiba, March discutiu masculinidades (March, 2015, p. 9). Nas narrativas, especialmente de defesa dos homens, constatou modos de ser homem que atentavam contra os padrões normativos ou se submetiam a eles, evidenciando que ser homem era resultado de um projeto discursivo, não fixo, logo, mutável (March, 2015, p. 245-248). Processos em que mulheres foram vítimas de homicídios, por seus maridos, amásios, amantes ou conhecidos foram problematizados por Caldas (Caldas, 2022, p. 7). Nos autos sobressaem concepções de gênero, que favoreceram as sentenças. Nestas, constata-se o predomínio do Direito Positivista e Tecnista, que culminavam em penas de liberdades condicionais e pagamento das custas dos processos aos homens (Caldas, 2022, p. 89-91). Paiva desvendou discursos cujas mulheres foram denunciadas por tentativa de homicídio, aborto, latrocínio, lesão corporal, furto, difamação, ameaça, injúria, calúnia, manter casa de prostituição, favorecimento de prostituição e disparo de arma de fogo (Paiva, 2019, p. 10). Elas foram divididas em dois grupos: as que tinham relações com a prostituição e que não eram naturais da região; e as que não vínculos com esse expediente e eram naturais da região, depreende-se a tendência do poder judiciário em aplicar penas no primeiro grupo, através do Direito Positivista (Paiva, 2019, p. 157-160).

Em suma, investigações sobre os períodos varguistas e a redemocratização sugerem continuidades com o período anterior no interior: instituições estatais precárias ou em transformação, poucas condenações em meio à criminalidade, composta por homens e mulheres, geralmente descendentes dos imigrantes; valorização da honra nas interações cotidianas; e persistentes desigualdades de gênero. A violência nas áreas rurais é realçada em conflitos campestres, demonstrando variadas opressões das elites agrárias.

O período da Ditadura Militar e da Última República

Sobre meados do século XX até o início do século XXI, estudos relacionados a crimes e criminosos foram elaborados no Sudeste, Centro-Sul e Norte, como: *Os infortúnios de duas mulheres descendentes de imigrantes em Mallet, Paraná: violências em processos-crime da década de 1960*, de Stefany Argeane Rolim de Moura; *O suicídio nos inquéritos policiais de Inácio Martins-PR*, de Augusto Borges; e *O caso Navalhada: invenção de um rei do crime*, de Fábio Martins Bueno. Moura verificou os infanticídios praticados por duas mulheres da mesma família, e as violências cometidas por outras pessoas contra elas (De Moura, 2022, p. 8). As fontes ressaltam valores tradicionais, presentes no cotidiano rural, os discursos que foram direcionados ao judiciário e a absolvição em muitas querelas (De Moura, 2022, p. 99-101). A abordagem de Borges considerou como a sociedade selecionada interpretou suicídios, em um período de destaque desse tipo de ocorrências (Borges, 2017, p.9). Os casos que envolveram armas de fogo, brancas e enforcamento, além de chamarem a atenção das autoridades, geraram na população sensações que despertam curiosidade, compaixão, raiva e até mesmo o medo do contágio da morte (Borges, 2017, p. 82-85). Bueno reconstituiu partes da vida de Ari Navalhado, um criminoso conhecido em Londrina, nos anos 70, por ter cometido lesões corporais - com uma navalha - além de se envolver com o tráfico de drogas (Bueno, 2011, p. 6). O estudo de caso — através de jornais, documentos judiciais e entrevistas — revelou um personagem complexo que oscila na memória local entre um grande criminoso e um homem “boa praça” (Bueno, 2011, p. 120-121).

Certas pesquisas tematizaram práticas e representações criminosas, especialmente em locais marginalizados da região Oeste, tais quais: *“Bairros de má fama”: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013)*, de Joselene Ieda dos Santos Lopes Carvalho; e *Entre irregularidades e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990)*, de Cristiano Neri. A pesquisa de Carvalho recaiu em experiências de moradores de bairros descritos pela imprensa local como perigosos, criminosos e violentos, com o objetivo de se contrapor a esses estigmas. Através da oralidade, destacou vivências que revelaram sonhos, esperanças, lutas e angústias, que não podem ser reduzidas ao crime e à violência (Carvalho, 2016, p. 5). Trata-se de um esforço de desnaturalizar e combater o preconceito (Carvalho, 2016, p. 100-104). Neri problematizou vivências de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, a partir de autos processuais (Neri, 2012, p. 8). Estes documentos

revelam os esforços estatais em disciplinar menores criminosos, praticantes de violências, abandonados ou violentados fisicamente por seus pais, revelando um cotidiano difícil, marcado por lutas e tensões (Neri, 2012, p. 109).

Foram ainda produzidas reflexões que abordaram o sistema prisional nos Campos Gerais e na capital, empregando a categoria Gênero: *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)*, de Cláudia Priori; e *“Parecia que não tinha dia, todo dia era dia era noite”: narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019)*, de Kamile Aparecida Lemes de Lima Almeida. A problemática sobre o encarceramento feminino foi feita por Priori através de prontuários criminais e entrevistas com as detentas (Priori, 2012, p. 23-25). Ao focar em casos de roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas, compreendeu-se que no cárcere, elas se submeteram à vigilância, à disciplina e à exclusão, mas também interagiram e desenvolveram relações de afeto. Foram pontuadas as limitações e ressignificações das detentas (Priori, 2012, p. 201-205). Almeida conferiu as experiências de egressos, destacando preconceitos vivenciados por eles no pós-encarceramento (Almeida, 2021, p. 12). Ela verificou em entrevistas tensões no espaço prisional, reprodução de hierarquias, abandono afetivo, falta de suporte financeiro e dificuldades de reinserção social após o cumprimento de penas. A prisão apareceu como um espaço em que identidades foram moldadas de forma a ampliar a exclusão social quando deixam esse espaço (Almeida, 2021, p. 89-90).

A categoria Gênero seguiu sendo utilizada para analisar violências praticadas por homens contra mulheres em: *Violência de gênero em Paranaguá (1970-1985): o percurso judicial em casos de lesões corporais de homens contra as suas companheiras* de Layla Chaenny da Silveira Policarpo; *Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)*, de Claudia Priori; e *Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero*, de Drieli Fassioli Bortolo. A pesquisa de Policarpo retratou um período em que muitas violências físicas foram praticadas contra mulheres, enfatizando os discursos presentes nesses casos (Policarpo, 2024, p. 7). Nota-se enunciados que buscavam minimizar as culpas dos réus através do álcool, dos ciúmes e da honra, além de culpabilizar as vítimas, os promotores e juízes tendem a criticar as defesas, embora absolvições ainda fossem mais frequentes do que condenações (Policarpo, 2024, p. 196-203). Priori cotejou violências praticadas por mulheres nos registros de ocorrências policiais, em um período em que se desenvolveram pautas do movimento feminista e surgiram instituições de apoio às mulheres (Priori, 2003, p. 5-11). Nos registros destacam-

se violências praticadas em âmbito conjugal, por maridos ou companheiros das vítimas, de todos os setores sociais, indicando que a violência de gênero é ampla e não se reduz aos grupos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico (Priori, 2003, p. 185-186). A proposta de História Pública de Bortolo consistiu na Violência de Gênero no contexto escolar através de oficinas, compreendidas como espaços de resistências, que objetivaram desnaturalizar as violências praticadas por homens contra mulheres (Bortolo, 2023, p. 9). As narrativas foram apresentadas em espaços públicos (Bortolo, 2023, p. 153).

No período da ditadura muitos estudos tematizaram crimes de estado na capital e no interior, em Curitiba destacam-se: *“Memórias do sótão”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura militar no Paraná (1964-1985)*, de Carla Cristina Nacke Conradi; *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil de Curitiba-Paraná (1964-1969)* de Andréia Zaparte; *Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar*, de Andréia Zaparte; e *Operação pequeno príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas oficina e OCA (Curitiba, 1978)* de José Santos de Abreu. Conradi utilizou a categoria Gênero para tratar das ações políticas de mulheres em luta contra a ditadura civil-militar, por meio de narrativas autobiográficas (Conradi, 2015, p. 10). Trata-se de militantes que se posicionaram contra o regime militar em diferentes setores como o movimento estudantil universitário, em cargos políticos ou movimentos que reivindicavam a redemocratização do país, muitas foram presas e torturadas e hoje suas vidas são exemplos de diferença (Conradi, 2015, p. 248). A observação de Zaparte se deu no engendramento da repressão institucionalizada contra o movimento estudantil de Curitiba, no período de extinção da UNE (Zaparte, 2011, p. 10). A pesquisa destacou resistências de alunos que não se conformaram com a tentativa de impor o ensino pago. Nesse meio, muitos estudantes foram presos e violentados pela polícia (Zaparte, 2011, p. 31). Empregando o acervo do DOPS, da Comissão Nacional da Verdade e do Projeto Depoimentos para História, a autora problematizou memórias daqueles que militaram no movimento estudantil, que refletem a defesa pela educação, críticas ao fim da liberdade democrática, lutas por representações e experiências de cárceres compreendendo a perseguição e tortura de docentes e discentes (Zaparte, 2024, p. 59-60). Abreu analisou a ação da polícia política, especialmente na operação Pequeno Príncipe, que visou a interdição de duas pré-escolas, acusadas de doutrinação comunista (Abreu, 2015, p. 15). Através de dados oficiais e da imprensa, na qual se destacam denúncias da Igreja Católica contra a polícia política — envolvendo inclusive o sequestro docente — o trabalho salienta a importância da resistência civil à violência estatal (Abreu, 2015, p. 164-167).

Certos trabalhos incorporaram vivências de áreas interioranas com as da capital: *O grupo dos onze no Paraná: trajetórias de Luana Milani Pradela*; *Memórias de exilados durante a ditadura militar no Brasil: um estudo a partir de depoimentos para a História*, de Gabriella Daphne Pereira Ferreira; e *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*, de Leandro Brunelo. O estudo de grupos organizados no período pré-golpe militar, que clamavam pelo apoio das pessoas, em prol dos interesses trabalhistas, especialmente a Reforma Agrária foi elaborado por Pradela (Pradela, 2019, p. 11). Os documentos do DOPS identificaram pessoas que foram presas e submetidos a situações vexatórias de violência, pelo envolvimento, inclusive em épocas anteriores, em lutas sindicais e por terras através da bandeira do nacionalismo (Pradela, 2019, p. 86). Ferreira observou vivências de duplo exílio em entrevistas recolhidas no Projeto Depoimentos para História (Ferreira, 2019, p. 7-12). A análise recaiu sobre a vida dos militantes contrários à política ditatorial, que embora provenientes de diferentes regiões, tinham como característica comum a atuação em espaços educacionais, suas memórias incidem em violências, através de torturas e intensas perseguições políticas (Ferreira, 2019, p. 42). A Operação Marumbi, criada pelo DOPS e pelo CODI-DOI, em 1975, foi analisada por Brunelo através de documentos estatais (Brunelo, 2006, p.23). Na operação mais de 100 pessoas, de diferentes partes do Paraná, foram presas por manterem fortes vínculos com o PCB. Este realizava reuniões que objetivavam ações a serem desenvolvidas no estado, cerca de 65 pessoas foram indiciadas e muitas delas torturadas fisicamente e psicologicamente (Brunelo, 2006, p. 45).

No Norte, Centro-Norte e Nordeste, destacam-se: *Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982)*, de Juliana Carolina da Silva; *Da Câmara municipal à câmara de torturas: o caso do vereador de Apucarana/PR José Godoy Vianna (Arena), torturado por militares, que processou os seus algozes em 1975*, de Guilherme Alves Bomba; e *Marcas da ditadura no Norte do Paraná: A prisão e morte de Henrique Ornellas* de Daniel Sartori Borges. Silva compreendeu como foram pensadas e legitimadas ações de controle político em Andirá, através de fontes jurídicas, nas quais aparecem embates agrários entre trabalhadores, forças sindicais e órgãos de vigilância, repressão e segurança pública (Da Silva, 2021, p. 7-16). Em meio à documentação foram constatadas prisões arbitrárias, falta de registros formais sobre as detenções, além da violação da integridade física e psíquica de detentos, com aval da tortura (Da Silva, 2021, p. 94-95). A prisão de José Godoy — ex-vereador da ARENA, torturado por Ismar Moura Romariz capitão do 30º Batalhão de Infantaria Militarizada — em frente à Prefeitura de Apucarana foi estudada por Bomba (Bomba,

2022, p. 15-18). As fontes judiciais demonstram que a prisão de Godoy aconteceu, especialmente pela relação íntima com o ex-prefeito Valmor Giavarina, desafeto dos militares. O processo criminal, cujo comandante respondeu, encerrou sem nenhuma punição, destacando os esforços dos militares em mitigar provas e acusações que pudessem incriminá-lo (Bomba, 2022, p. 256). A investigação de Borges recaiu sobre a morte do vereador Henrique Ornellas, preso em Apucarana e encontrado morto em sua cela, três dias depois (Borges, 2021, p. 6). As fontes da comissão da verdade e da imprensa apontam que o advogado foi assassinado por defender pessoas que estavam “na mira” do regime militar (Borges, 2021, p. 117-118).

No Oeste e Sudoeste salientam-se: *“Na minha cidade também teve ditadura”*: reflexões sobre Marechal Cândido Rondon – PR (1960-1979), de Edina Rautenberg; *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR Palmares em Nova Aurora 1970* de Marcos Adrian Ferrari de Campos; *“O povo do abismo”: trabalhadores e aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipú (1974-1987)*, de Valdir Sessi; e *A comissão estadual da verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná* de Marcelo Hansen Schlachta. Rautenberg encontrou em documentos estatais e jornalísticos a limitação do estado, em nível local, e a naturalização da ditadura, assemelhando-o a uma democracia ordenada e sem violência (Rautenberg, 2022, p. 15). Segundo a autora, a ausência de segurança pública era um projeto ditatorial, que consistia em não visibilizar a criminalidade em detrimento do controle de opositoristas ao regime. A recuperação de crimes, em noticiários, foi uma alternativa de contrapor às visões simplistas que atribuíam a tranquilidade e a ordem ao período (Rautenberg, 2022, p. 431-433). Ressonâncias de resistências ao regime ditatorial foram localizadas em Nova Aurora (De Campos, 2014, p. 8). O Grupo VAR Palmares, composto por revolucionários do Rio Grande do Sul e camponeses locais, que visava fortalecer a esquerda, por meio da guerrilha, foi investigado por De Campos. Através da história oral, surgiram memórias sobre a captura do grupo em 1970, por forças policiais, seguidas de prisões e torturas (De Campos, 2014, p. 124). Sessi analisou a organização e atuação de órgãos repressores da Agência de Segurança da Itaipú Binacional e do Consórcio UNICON, por meio de ocorrências e narrativas trabalhistas na construção da hidrelétrica (Sessi, 2015, p. 8-9). A pesquisa ressaltou a incidência do aparato militar e policial no ensejo de estabelecer a vigilância e, quando necessária, sérias punições em torno da obra (Sessi, 2015, p. 274-290). A Comissão Estadual da Verdade do Paraná, instituída em 2012, foi perspectivada por Schlachta, com foco em relatos de vítimas e familiares, que integravam o “Grupo dos Onze”, integrantes do PCB e da VAR Palmares (Schlachta,

2019, p. 6). O suporte fornecido por entrevistas e relatórios, da referida comissão, denunciam a ação violenta ditatorial e o tratamento desumano atribuído aos investigados, especialmente nas prisões e arbitrariedades efetuadas pela polícia (Schlachta, 2019, p. 85).

Por fim, os estudos que contemplam o período da Ditadura-Militar e da última República colocam em evidência o autoritarismo político por meio dos crimes de estado, inclusive nas áreas interioranas, desafiando qualquer argumentação, baseada no senso comum, de que não existiu ditadura no Paraná. As violências contra militantes, comunistas, professores e alunos ou potentes ameaças ao regime mostram um passado que ainda mantém marcas traumáticas no presente. As violências de homens contra mulheres, presentes nos estudos de gênero, demonstram continuidades com momentos antecedentes. Novos desafios são encontrados no aparato prisional, que agora consiste na produção de subjetividades estigmatizadas, com baixo potencial de reinserção social.

Considerações finais

Após a exposição dos argumentos principais dos trabalhos estudados, pode-se afirmar que depois da primeira geração de historiadores que abordaram o crime no Paraná, surgiu uma segunda geração, mais preocupada com a violência considerada socialmente ou culturalmente criminosa, que ainda conserva muitos aspectos da primeira, por exemplo: o interesse por pessoas comuns, presente em praticamente todas as análises; investigações mais concentradas em locais e em décadas; um significativo diálogo com o referencial teórico francês, especialmente as obras de Michel Foucault — citada em 67 trabalhos — todavia Edward Thompson, Carlo Ginzburg, Norbert Elias e referências nacionais continuam sendo importantes; uma preferência em abordar o interior ao invés da capital, principalmente as regiões Sudeste, Centro-Sul e Campos Gerais, apenas 22 pesquisas são circunscritas à Curitiba; e o emprego de documentos estatais como fontes principais, visto que cerca de 82 trabalhos utilizaram esse tipo de documentação.

Embora existam permanências, também existem rupturas que demarcam as duas gerações, como, na segunda, o crescente uso da categoria Gênero, bem como, diálogos com Joan Scott e Judith Butler, além da superação dos esforços de aproximar o contexto da capital com o cenário europeu. Até o início dos anos 2000 existia, nos trabalhos da primeira geração, uma separação nítida entre capital e interior, na qual as instituições governamentais de Curitiba assemelhavam-se às instituições do “velho mundo”. Essa separação foi atenuada pela segunda geração, pois a maioria das pesquisas em áreas rurais

apontou mais similaridades com o contexto curitibano do que diferenças, principalmente nas motivações e absolvições das violências denunciadas à justiça.³

Apresentadas as características gerais da segunda geração de historiadores do crime e da violência e tendo em vista algumas lacunas, propomos algumas possibilidades de investigações futuras. A primeira diz respeito às fontes, apesar de ser corrente o uso de processos judiciais e inquéritos policiais, outras fontes foram ainda pouco exploradas, é o caso das fotografias presentes em alguns processos criminais. Essas fotografias tornaram-se mais comuns, em meio aos inquéritos no início do século XX e, geralmente, eram produzidas por fotógrafos vinculados à polícia, que objetivavam produzir mais provas sobre o delito. Não são todos os processos que contêm imagens, mas pesquisas que problematizem as fontes que possuem, apontando para os efeitos desse investimento no desfecho processual, ainda podem ser elaboradas. Os livros de ocorrências policiais também são documentos pouco utilizados; eles remetem diretamente ao cotidiano da polícia, podendo revelar aspectos importantes dessa instituição no interior ou na capital. As fontes orais foram muito utilizadas para tratar de conflitos agrários e crimes de estado, mas pouco frequentes para elucidar criminosos ou crimes que marcaram épocas.

No tocante ao referencial teórico, para além das contribuições francesas, inglesas ou italianas, outras tendências historiográficas podem promover um diálogo profícuo, como portuguesas, espanholas ou da América Latina, que ainda pouco aparecem nos debates acadêmicos. Nesse ínterim, temas como a organização e atuação do júri-popular ainda podem ser explorados, formando estudos que problematizam o perfil social do júri, a inserção de mulheres e as diferenças de gênero na computação de penas, a depender do perfil dos jurados. Além disso, vale pontuar que se por um lado o enfoque em estudos sobre crime e criminalidade em uma perspectiva micro produzem ricas histórias, por outro, falham em investigar discontinuidades. Estas podem ser melhor verificadas em estudos sobre crimes específicos ou em conjunto, em uma temporalidade maior, detectando padrões, aumentos e declínios nos índices de violência, favorecendo um olhar mais geral em nível regional e até mesmo comparativo com outras partes do país. Outros crimes que ainda podem ser explorados são os transnacionais, como, por exemplo, extradições, que recuperam trajetórias de criminosos que se envolveram em conflitos em outros países, detectando ações de estados conjuntas no âmbito internacional.

Com essas sugestões encerramos este artigo, com expectativa que este material, além de mapear um campo investigativo, seja utilizado como uma ferramenta útil a acadêmicos, no instante em que realizam levantamentos bibliográficos para suas pesquisas, professores que elaboram programas de disciplinas, ou simplesmente pessoas

interessadas na temática, espera-se também que seja útil não somente às pessoas do Paraná, mas também de outros estados brasileiros.

Referências

ABREU, José dos Santos. *Operação Pequeno Príncipe: a ação política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1991.

AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. *Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ALMEIDA, Kamile Aparecida Lemes de Lima. *“Parecia que não tinha dia, todo dia era dia era noite”*: narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

ANDRADE, Franciele M. Bard. *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

ÁVILA, Ingrid Carolina. *Controle social e vigilância: o aparato repressivo e judicial na formação da cidade de Londrina – 1930/1955*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BARBOSA, Eduardo Mady. *O incesto e as fronteiras entre o legal e o ilegal: processos-crimes em Rebouças, Paraná (1932-1948)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2014.

BEL’AVER, Dênis Junior. *Terra e trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais de Toledo (1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia na capital mundial do café (Londrina 1930-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1996.

BETU, Geovana. *Mulheres rés na Comarca de Mallet/PR (1935-1995)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

BIRANOSKI, Camila. *Processos crimes: defesa da honra na década de 1930 em Mallet/PR*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

BOMBA, Guilherme Alves. *Da Câmara municipal à câmara de torturas: o caso do vereador de Apucarana/PR José Godoy Vianna (Arena), torturado por militares, que processou os seus algozes em 1975*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BONETTI, Marcos Francisco. *Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1819-1835)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BORGES, Augusto. *O suicídio nos inquéritos policiais de Inácio Martins-PR (1974-2014)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2017.

BORGES, Daniel Sartori. *Marcas da ditadura no Norte do Paraná: A prisão e morte de Henrique Ornellas*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

BORTOLO, Drieli Fassioli. *Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero*. Dissertação (Mestrado em História Pública). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2023.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão recente. *BIB*, Rio de Janeiro, Nº32, p. 49-61, 1991.

BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

BUENO, Fábio Martins. *O caso Navalhada: invenção de um rei do crime*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALDAS, Valéria Leite. *Gênero, mulheres e verdades jurídicas na Comarca de Guarapuava-PR (Década de 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

CANÇADO, Adriana Mello. *Um homem, uma mulher, um drama: crimes da paixão em Ponta Grossa-PR (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2002.

CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes. *“Bairros de má fama”: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

CONRADI, Carla Cristina Nacke Conradi. *“Memórias de sótão”*: as vozes de mulheres na militância política contra a ditadura militar no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

DA ROSA, Andréia Marsário. *Quentes de cachaça*: festas e corridas de cavalos em Guarapuava através de processos-crime e termos de bem viver (1854-1866). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

DA SILVA, Juliana Carolina. *Controle, violência e política*: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

DALLAGNOL, Paloma Heller. *O fim da inocência? Sexo ou crime*: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na Comarca de Guarapuava Paraná. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2022.

DE ALMEIDA, Vivian Fernandes Carvalho. *Policiamento e sociedade em Maringá, 1948-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

DE CAMPOS, Marcos Adrian Ferrari. *Resistência e repressão no oeste paranaense*: o caso da VAR Palmares em Nova Aurora 1970. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

DE MEIRA, Ana Paula Galvão. *Me quiseram rosa, subjugaram meus espinhos*: mulheres rés e relações de gênero na comarca de Castro, Paraná (1840-1890). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

DOS PASSOS, Aruanã Antonio. *“Histórias de Sangue e dor”*: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2009.

DOS SANTOS, Fabrício Forcato. *Conflitos setecentistas*: sociedade e clero das vilas de Curitiba e Paranaguá (1718-1774). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2008.

DOS SANTOS, Wagner Geminiano. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2018.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes. *Os crimes sexuais na cidade de Castro-PR (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2013.

ESTACHESKI, Dulceli. *Morrer para não sofrer: questões de gênero e suicídio em Castro/PR (1890-1940)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2000.

EURICH, Grazieli. *O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FABRIS, Pamela Beltramin. *“Nós os selvagens, não reverenciamos os símbolos Kaiserianos”*: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2014.

FERRANDO, Loiana Maiara Zviegicoski. *Violência e criminalidade imigrante em processos criminais – Mallet/PR (1913-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

FERREIRA, Gabriella Daphne Pereira. *Memórias de exilados durante a Ditadura Militar no Brasil: um estudo a partir de depoimentos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

FERREIRA, Marcela Katini de Lima. *Mulheres pobres e trabalhadoras de Curitiba, o crime de homicídio e as tramas da justiça no início da Primeira República*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

FRANCO, Júlio César. *Cartografias do poder em processos criminais (Comarca de Mallet-PR, 1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2019.

GONZAGA, Caroline. *“Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina”*: violência, resistência camponesa, revolta de Porecatu e micro-história. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2020.

GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço enquanto categoria histórica: especificidades na Revolta do Sudoeste (PR) de 1957 e presença histórica no século XX*. 2023. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

GRUNER, Clóvis Mendes. *Paixões torpes e ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do século XX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2012.

GRUNER, Clóvis Mendes. SOCHODOLAK, Hélio. KOSINSKI, Lucas. O DIÁLOGO ENTRE BRASIL E PORTUGAL É CADA VEZ MAIOR - ENTREVISTA COM A HISTORIADORA MARIA JOÃO VAZ. *História: Questões & Debates*, 72 (1), 2024.

HAMMEL, Ana Cristina. *Luta camponesa pela terra no Latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesa*. Tese (Doutorado

em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

HARA, Tony. *Caçadores de notícias: história e crônicas policiais de Londrina 1948-1970*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1997.

HORST, Luiz Eduardo. *Crime e processo: as verdades jurídicas sobre o homicídio – (Guarapuava – 1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

IPÓLITO, Verônica Karina. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

KARVAT, Erivan. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1996.

KIRACH, Maria Cristina. *Gênero e discurso jurídico: mulheres réus em processos criminais na Comarca de Guarapuava (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2020.

KOSINSKI, Lucas. *Masculinidades e violência homicida nos processos-crimes de Irati-PR (1899-1930)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

KOSINSKI, Lucas. *Violência e outras práticas cotidianas: (Mallet-PR, 1913-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

LAMB, Edgard. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867-1882*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1994.

MACHADO, Matheus Hatschbach. *Por que você não o surrou em vez de matá-lo? A organização social da violência no início do século XX – Curitiba, 1900-1911*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2021.

MANCINI DE BONI, Maria Ignês. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890-1920*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, USP, São Paulo, 1985.

MARCH, Kety. *“Jogos de luzes e sombras”: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

MARCH, Kety. *Entre promessas e reparações: processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2010.

MARTINS, Ilton César. *E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2011.

MARTINS, Ilton César. *Veredicto culpado: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro-PR (1853-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2005.

MAYER, Vaniele. *Por que me bates? Um estudo sobre violência contra as mulheres na Região Sudeste do Paraná (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

MEIRA, Ana Paula Galvão de. *Cotidiano e conflito de indígenas nos campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2015.

MILLEO, Libório Cassiano. *A produção de sujeitos pelo sistema de justiça no Termo Judiciário de Irati-PR (1913-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2024.

MONTOIA, Mayla Louise Greboge. *De Portugal à “Terra das araucárias”: a presença portuguesa na Comarca de Curitiba a partir de fontes judiciais (1872-1881)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2022.

MOURA, Stefany Argeane Rolim de. *Os infortúnios de duas mulheres descendentes de imigrantes em Mallet, Paraná: violências em processos-crime da década de 1960*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense. O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1938,1996*. 1ª edição. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020.

NERI, Cristiano. *Entre irregularidades e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

NETO, Osvaldo Carneiro de Matos. *A semana inteira na lavoura, aos domingos no cinema pela noite: cotidiano e cultura (Cachoeirinha-PR, 1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Wellington do Rosário. *Los pájaros negros: prostituição de “escravas brancas” e a circulação translocal de cáftens no noticiário curitibano (1920-1939)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2021.

PAIVA, Valdemir. *O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2019.

PASSINI, Cristiane. *Reparar o mal e fazer justiça: pensando o papel da prisão na província do Paraná (1853-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

POCHAPSKI, Gabriel José. *Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POLICARPO, Layla Chaenny da Silveira. *Violência de gênero em Paranaguá (1970-1985): o percurso judicial em casos de lesões corporais de homens contra suas companheiras*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2024.

PONTAROLO, Fabio. *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2006.

PRADELA, Luana Milani. *O grupo dos onze no Paraná: trajetórias*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

PRIORI, Angelo. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1953*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2000.

PRIORI, Cláudia. *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na penitenciária feminina do Paraná (1970-1995)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2012.

PRIORI, Cláudia. *Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

RAUTENBERG, Edina. *"Na minha cidade também teve ditadura": reflexões sobre Marechal Cândido Rondon – PR (1960-1979)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. *Triumpho dos anormais: loucos e criminosos no interior do Paraná novecentista*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2025.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati-PR (1931-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2020.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. *A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1997.

RODRIGUES, Neide dos Santos. *Escravidão e tensões sociais na Região de Guarapuava (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2015.

ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1938,1996*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 1996.

ROSA, Marieli. *Desatando os laços: tensões matrimoniais e separação conjugal na Comarca de Guarapuava (Década de 1940 a 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

ROSA, Micheli. *Mulheres populares no palco do judiciário: práticas de infanticídio e aborto em Guarapuava (1890-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

SALDANHA, Terezinha. *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava, 1945-1965*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 1998.

SALDANHA, Terezinha. *Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais: (Guarapuava, 1940-1944)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2008.

SCHACTAI, Dhyandra Montani. *Transgredindo a maternidade: discursos médicos e jurídicos sobre aborto e infanticídio em fins do XIX e século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *A comissão estadual da verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SCHNEIDER, Silvia Danielle. *“Só achei uma solução: a morte”: violência e subjetividade nos escritos de mulheres suicidas*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

SENDERSKI, Henrique Alexandre. *As tentativas de criminalização das artes de curar em Irati e Mallet-PR – 1925-1949*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

SESSI, Valdir. 2015. *“O povo do abismo”: trabalhadores e aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipú (1974-1987)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SILVA, Tatiane Karine Matos. *Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiências de disputas por terras em narrativas (1960-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOCZEK, Leonardo Henrique Lopes. “Homens que não levavam desaforo para casa”: performances masculinas em estabelecimentos comerciais (Irati/PR: 1927-1960). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

SOCZEK, Leonardo Henrique Lopes. *Práticas criminalizadas em casas comerciais (Comarca de Mallet/PR 1950-1978)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

SORIANO, Sara Monica Pitot. *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em campo mourão (1946-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

STACHUK, Angélica. “*Bailes e festas do barulho*”: sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2017.

TORTATO, Amanda Corrêa. *Um crime de duas cidades: as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2020.

VASCO, Ediméri Stadler. *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890 a 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2006.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2005.

VERETA, Crislaine Letícia. *Por uma história do crime nos faxinais de Rebouças-PR (1960-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2024.

VIEIRA, Matheus Machado. *Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas? A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2014.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. *Menores problemas, menores soluções: discursos e práticas em torno da infância marginalizada nas décadas finais do Império do Brasil (Curitiba, 1871-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2019.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. *Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça* (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil de Curitiba-Paraná (1964-1969)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

ZAPARTE, Andréia. *Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

Artigo recebido em 26/06/2025

Aceito para publicação em 03/11/2025

Editor(a) responsável: Luiza Ciurcio Possebon

¹ Nos anos 1980 e 1990, a historiografia brasileira passou por um processo de renovação em relação às décadas anteriores. Até os anos 1970, prevaleciam na academia brasileira estudos estruturais de ordem econômica, demográfica e de longa duração, inspirados nas contribuições de historiadores vinculados à Segunda Geração dos Annales. A partir de fins dos anos 1970, esse cenário começou a modificar-se, sobretudo devido ao impacto da virada linguística, do Pós-Estruturalismo, do Pós-Modernismo e do desenvolvimento da Antropologia Cultural, além das críticas de estudiosos das Ciências Sociais aos trabalhos da Segunda Geração dos Annales, especialmente no que dizia respeito à pouca presença de sujeitos diante das estruturas e da longa duração. Esse foi o período em que historiadores brasileiros passaram a interessar-se por aspectos do cotidiano das pessoas comuns em processos criminais, bem como por questões relacionadas aos padrões de policiamento e à delinquência.

Nesse contexto, caracterizado pela profissionalização da historiografia brasileira, conforme sugere Wagner Geminiano dos Santos, destacamos algumas contribuições pioneiras de: Bóris Fausto, *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (1984); Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (1986); Maria Helena Machado, *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)* (1988); Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)* (1989); Martha de Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano no amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1989); e Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro* (1997). Salientamos que esses trabalhos iniciais possibilitaram variados enfoques que ainda são explorados, sob diferentes ângulos, no Paraná e em outros estados brasileiros (Gruner, Sochodolak, Kosinski, 2024; Dos Santos, 2018).

² Louis Chevalier, em sua obra *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle* (1958), deu visibilidade à vida de pessoas pobres, tocando diretamente na questão criminal. Edward P. Thompson publicou *A formação da classe operária inglesa* (1963), utilizando inclusive fontes judiciais para abordar aspectos do cotidiano trabalhista europeu. Carlo Ginzburg, embora não tenha empregado fontes judiciais em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (1976), analisou um processo inquisitorial, revelando importantes perspectivas culturais do contexto pré-industrial. Walter Benjamin foi fundamental para discussões acerca da narrativa e seu vínculo com a História; destacam-se, nesse sentido, seus ensaios reunidos em *Magia e técnica, arte e política: literatura e história da cultura* (1995). Já Michel Foucault impactou a historiografia brasileira, sobretudo e a partir de seu clássico *Vigiar e Punir* (1975), que possibilitou novas perspectivas sobre estudos da violência, da disciplina e do sistema prisional (Gruner, Sochodolak, Kosinski, 2024).

³ Pelo menos duas referências são fundamentais e geralmente presentes nesses estudos de Gênero: Scott, 1995; Butler, 2013.